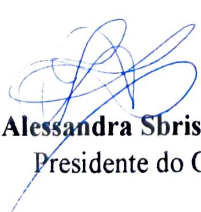


## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI – DE AGUAÍ (SP) REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2023**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (26/10/2023), foi realizada reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), presidida pela Presidente Taís Alessandra S. Lourenço, na sede do CRAS de Aguaí. Foi realizada a leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. Com relação à inscrição do BADI, a entidade ainda não entregou a documentação para inscrição, porém informou que possui a de Mogi Mirim e a encaminhará para arquivarmos. As duas entidades precisam encaminhar até o final do presente ano a documentação para renovar, pois em dezembro vencem as atuais inscrições. Faz-se, aqui, a correção de uma informação constante na ata de 27 de julho de 2023, pois o projeto encaminhado pela Comunidade São Vicente de Paulo para a Renovias foi aprovado. A Presidente Taís tratou sobre o Selo da Longevidade, tendo em vista que Aguaí já possui o primeiro nível. Para manter, precisamos comprovar que seguimos as diretrizes e temos ações em benefício à população idosa. Para isso, documentar as ações do CMDPI e de todo o poder público em prol da pessoa idosa é importante, de modo que possamos renovar o selo ou aumentar o nível. Com relação ao Dia D, foi tratado de se realizar em bairros mais afastados e marginalizados, para que toda a população idosa receba orientações e amparo. Foi conversado com a Secretária de Desenvolvimento Social e Família e a resposta foi positiva, no sentido de concentrar os esforços e unir para colocar em prática. Na sequência, ao abordar a questão da cartilha, foi tratado de se pensar em conjunto as iniciativas para colocar no material, para isso precisamos da participação de todo o CMDPI. Na sequência, ao esclarecer dúvidas dos presentes, foi informado que o BADI é um programa voltado a famílias vulneráveis e idosos/crianças que têm seus direitos violados, não sendo aberto a toda a população. Ao final, superada a vulnerabilidade ou outra situação na qual o idoso se encontrar, é preciso abrir vaga para demais participantes, encaminhados pelo CRAS. O CMDPI tem a função de fiscalizar se o trabalho está de acordo com o tipo de serviço que precisam prestar, que é de convivência e fortalecimento de vínculos, de modo que seja encaminhado para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Família. Para tanto, foi questionado pela Representante Suplente da Secretaria de Saúde, Marta Cristina Perina Pinto, se dentro do CRAS não existe uma comissão que avalie e fiscalize os serviços, como a Secretaria de Saúde possui. A informação dada pela Presidente Taís é de que sim, existe, e a pessoa designada para esse fim fiscaliza e realiza a prestação de contas. Novamente, Marta levantou a questão de que, se existe o Celtra com seu projeto voltado à população idosa, as mesmas pessoas que já frequentam o BADI talvez não deveriam estar no Celtra, tendo em vista se tratar de projetos distintos e com finalidades diferentes. O conselho, portanto, acordou de entender melhor como funciona o programa para apurar os fatos, de acordo com o Plano de Trabalho desenvolvido. A ideia levantada é a de que, ao identificar uma vulnerabilidade, a pessoa deve ser encaminhada ao BADI. Superada a situação, direcionada ao Celtra, para que seja uma porta de saída. Ficou decidido que o CMDPI apurará a questão, para entender melhor os dois projetos, analisando criteriosamente os planos de trabalho e a efetiva execução, para que as vagas do BADI sejam direcionadas às pessoas que realmente precisam do apoio e do fortalecimento de vínculos, a fim de superar a vulnerabilidade identificada. Com relação ao projeto de “psicologia”, será preciso desenhar, de acordo com as reais necessidades. Por fim, sobre o Dia D, se houver apoio e disposição do CMDPI, junto da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, poderá ser iniciado em dezembro de 2023, em algum bairro. A última reunião do ano será a reunião ordinária de novembro (última quinta-feira, dia 30/11/2023). Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Luís Guilherme Fenício Germano, lavrei esta ata que, após ser lida, foi aprovada por todos os presentes.

  
**Taís Alessandra Sbrissa Lourenço**  
Presidente do CMDPI

  
**Luís Guilherme Fenício Germano**  
Secretário do CMDPI